



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SERASA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0953/03	DATA: 10/07/03
INÍCIO: 10h27min	TÉRMINO: 12h16min	DURAÇÃO: 01h49min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h49min	PÁGINAS: 38	QUARTOS: 22
REVISÃO: Víctor		
CONCATENAÇÃO: Miranda		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - Juiz Federal
ETELVINO LUIZ GARCIA - Médico

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Declaro aberta a 7ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar as atividades da SERASA — Centralização de Serviços dos Bancos S/A. Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 6ª reunião. Estando as cópias já distribuídas, indago se fica dispensada a sua leitura.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Em votação a solicitação do Deputado. Não havendo quem queira discuti-la, os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovada. A presente reunião destina-se a audiência pública com a presença dos Srs. Etelvino Luiz Garcia, médico em Sinop, Mato Grosso, e Adão de Assunção Duarte, Juiz Federal aposentado, advogado e professor universitário em Salvador, Bahia, que relatarão possíveis constrangimentos morais sofridos em decorrência de ação da SERASA. Convido-os a tomarem assento à mesa. Esclareço que a presente reunião se realiza em razão da aprovação de requerimento deste Parlamentar e do Deputado Reinaldo Betão. Iniciando os trabalhos, concedo a palavra, por até 20 minutos, ao Sr. Adão Duarte para suas considerações iniciais.

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais componentes desta douta Comissão, ilustres representantes da população que estejam neste auditório, nós estamos satisfeitos em sentirmos que está o Congresso Nacional, através desta Câmara dos Deputados e desta Comissão, apurando as atividades da SERASA, porque realmente todos nós, muita gente neste País tem sofrido constrangimentos notáveis, tem sofrido bastante com a perda da sua liberdade, com a perda da sua individualidade, já que o nome negativado na SERASA leva aquela pessoa a uma condição de sofrimento, porque encontra restrições por todos os lados. Se é na casa comercial em que ele comprava a crédito, ele fica sem aquela liberdade. Se é no banco, o crédito também não vai mais sair porque a restrição constante da SERASA não lhe deixa prosseguir. Portanto, é um período em que nós voltamos a uma espécie de escravidão do capitalismo moderno, uma escravidão nesta civilização competitiva, mas que nos faz sofrer a cada dia. Para que o nome saia dali é um tormento, às vezes, enfadonho e



demorado. Por isso mesmo, eu não deixei de atender ao convite para estar hoje aqui, deslocando-me de Salvador, para prestar a minha colaboração a que essa apuração seja realmente eficiente e eficaz para o bem do Brasil, para o bem do sistema de acompanhamento do crédito e para que não se tenha, assim, um órgão mais policiador e policalesco do que tudo. Para ele não existe o contraditório, a SERASA coloca o nome e para tirar é um trabalho muito difícil para todos nós; gastamos, sofremos, e assim por diante. Eu lembraria que já tive problemas, há mais de 4 anos, com alguns cheques pré-datados e também para sair deu um trabalho enorme. Mas, posteriormente, 2002, eu sofri um constrangimento maior porque, estranhamente, meu nome apareceu na SERASA e a empresa que encaminhara meu nome era do Paraná, a TELEPAR Brasil Telecom, aquela Tele muito forte do Paraná. Apareceram 3 linhas telefônicas em meu nome. Eu nunca residi em Curitiba, eu nunca morei em Curitiba, por sinal, tenho uma vontade extraordinária de conhecer Curitiba, mas não conheço. Apenas passei uma vez no aeroporto para Santa Catarina num encontro de juízes federais. De qualquer maneira, é estranho demais aparecerem 3 linhas telefônicas. Por quê? Apenas usando o CPF da gente. Pegam o CPF e o CPF é um número. Nós somos um número no controle do Governo. O Governo controla assalariados porque ele tem os números e nós somos um número. E esse CPF apanhado por alguém, ou até mesmo na hora de se comprar no *telemarketing*, é um perigo enorme dar o CPF para alguém e ele pode estar ali sendo usado para o ouvido de outra pessoa e o perigo é muito maior. Então, essas 3 linhas telefônicas em meu nome no Paraná me levaram a entrar em contato, usando o contraditório para o outro lado, entrei em contato com a empresa e ela disse: *“É, se assim é, realmente, nós também interessamos em apurar a fraude. E gostaríamos que o senhor fizesse uma ocorrência na delegacia de furtos e roubos de onde você mora ou na delegacia de estelionato”*. Eu fui à delegacia, ela quer uma certidão. A SERASA não fornece certidão, ela é fechada quando quer e aberta também quando quer, para o outro lado. Então, eu não fui perder tempo com isso e entrei na Justiça com pedido de liminar e a coisa era tão sem fundamento, aquela linha aparecer em meu nome em Curitiba, onde nunca fui, eu tive de mandar cópia da escritura do apartamento onde eu moro, que ainda é sujeito também a ir à SERASA, porque eu sou ainda um financiado da Caixa Econômica Federal, que é



muito ligada com a SERASA. Então, nesse período eu tive de juntar documentos, escritura desse apartamento, a prova dos contracheques da escola da Universidade Católica, onde eu leciono, mais os contracheques da Justiça Federal, já que juiz aposentado, e mais documentos de luz, telefone de Salvador, para provar que ali eu tinha residência fixa, e a outra do interior, já que eu tenho duas residências. Aí, nesse caso, com a Justiça funcionando, deu a liminar e liberou. Mas, veja bem, a demora enorme, fizemos ainda na Justiça um acordo. Por quê? Porque o nosso Judiciário — eu posso falar porque sou integrante do Judiciário, porque juiz continua juiz, embora aposentado — demora e a segunda audiência seria para novembro e nós estávamos no primeiro trimestre, mais ou menos, do ano de 2002. Então, para esperar isso, a gente seguiu aquela máxima que o capitalismo usa contra o trabalhador: é melhor um péssimo acordo do que uma longa demanda. E assim eu também fiz um acordo com a TELEPAR em Salvador. Vou deixar, inclusive, comprovante aqui com a Comissão. E, naturalmente, senti quanto sofrem as pessoas outras que estão com o nome nessa situação. Nós ficamos com problema... Na época eu quis até comprar um carro, foi até bom que não comprei, porque combustível subiu demais daqui para a frente. Então, eu queria comprar um veículo e não posso porque o nome está lá na belíssima SERASA. Nesse caso, eu senti como sofrem as pessoas. Eu gostaria de dar um acréscimo nesse mesmo tempo. Lembrar outro aspecto da minha cidade. Eu sou Vice-Prefeito, eu esqueci de colocar essa coisa na informação, mas aí eu coloquei. Eu sou Vice-Prefeito e é lógico que o Prefeito diz que tem medo de ser vigiado, porque alguém que foi juiz federal... Então ele rompeu comigo logo, ficamos um lá e outro cá, mas temos uma situação terrível que está acontecendo em vários Municípios da Bahia e do Brasil. Vários Prefeitos estão devendo. No caso de minha terra, ele está devendo 6, 7, 8 meses aos servidores. E o que é que tem isso a ver com a SERASA? Tem porque na semana, agora, em que eu vim para cá, alguns servidores, coitadinhos, confiantes no dinheiro que receberiam do Município, fizeram aquele CDC, que é banco enfiando a faca, porque são juros altos. CDC desconta do salário, desconta dos vencimentos. Aí muitos deles fizeram e agora estão recebendo a cobrança e com aquele avisozinho: “Senão o seu nome vai para a SERASA, o SPC” e assim por diante. E esses servidores correram para ver a situação jurídica, como é que nós íamos fazer. E



realmente a situação é difícil. Imagine esse pobrezinho, ele não tem condição, se o Prefeito não vai pagar os 5 meses, os 6 meses, ou não vai pagar nenhum, aí o banco não dá prazo, ele vai mandar logo para a SERASA. Como é que esse pobrezinho vai sair? É uma situação altamente injusta, mas ele está, pelo sistema dominante no Brasil, sujeito a cair ou a ter o seu nome na SERASA. Já tem o aviso, eu vi a cartinha para uns 2 ou 3 que me mostraram e a preocupação é geral. Então, veja que isso pode estar acontecendo no Brasil todo, não é só lá na minha região do interior da Bahia, que é uma região sofrida, a região que era do feijão e hoje é da seca, a região da falta de produção. Então, meus senhores, a situação é muito mais grave do que a gente pensa. Haveria de ser criado um mecanismo legal que fizesse com que a SERASA, se quer ser controladora do crédito, um órgão que diz que o crédito é bom, ela usaria o sistema do contraditório. Deveria colocar lá e depois... se não é do trânsito em julgado, porque há processo no Brasil que demora mais de 10 anos sem transitar em julgado, então, poder-se-ia estabelecer um mecanismo legal em que ela ouvisse, num caso desses aí, desses servidores, a injustiça é tremenda. Como é que vai colocar o nome? Como é que ele vai sair? Então, esse é um dos casos. O outro caso eu vi, os senhores devem ter acompanhado, como gasta muito dinheiro. SERASA 35 anos. Revista *Dinheiro*. A revista bonita *Dinheiro* cobra caro, é da *ISTOÉ*, ao que parece. Eu tirei essa cópia colorida, eu vou deixar também. Vejam bem, gasta muito, propaganda enganosa. Ela não diz aqui nada dessa atividade tremenda que ela tem de colocar o nome, negativar e ainda dizem que negocia com isso para entrar uma renda enorme. Aqui nós temos uma outra. Esta, por azar deles ou por sorte minha, recebi ontem. Propaganda: "*Direito do Portador de Necessidades Especiais*". Aí lá embaixo tem: "*SERASA — Cidadania*". Quer dizer, ela está patrocinando alguma coisa aí porque tem de fazer alguma coisa. Já fez coisa demais para render para si, é hora de ela fazer alguma coisa a favor dos necessitados especiais neste País. Então, aqui é uma propaganda. Foi enviada agora, recebi pelo correio. E eu acho que eu deixo também de lembrança. Propaganda enganosa de quem tem muito dinheiro e viu que já prejudicou muita gente e agora é hora de reverter a situação. Ela deve estar querendo passar-se como boazinha. Aqui ela diz: "*SERASA — 35 anos facilitando o crédito em negócios mais seguros*". E prejudicando o crédito e atrapalhando para que os negócios que



eram seguros possam passar a ser inseguros. Presidente, deixo aí de lembrança da minha visita. As outras considerações minhas... Eu não quero alongar muito porque não é tempo de filosofia. No tempo do Brasil agora é estudar menos, teorizar menos e agir mais, não é Dr. Alberto? Agir muito mais, porque é o que nós precisamos. Dizem que no Brasil e no mundo quando não se quer levar a coisa para a frente criam-se estudos, pesquisas, comissões de pesquisa e assim por diante, para demorar mais e aí a SERASA vai gostar muito mais. Eu acho que os senhores estão de parabéns. Devem ir à frente. A missão de vocês é espinhosa, mas é magnífica e grande neste País em que todos nós ainda confiamos. O País tem jeito e está tendo jeito. Mas olha o que é que aparece? Foi isentada a SERASA do imposto de renda por 5 anos, a partir de abril de 97, decisão administrativa 10804/DT03/97, da Secretaria da Receita Federal. Será que ela isenta a gente? Ela isenta professor? Ela isenta de Imposto de Renda? Não, porque o Governo tem o nosso número e tem o contracheque, o desconto é na fonte. Mas a SERASA, que movimentava com tanto dinheiro, tem o direito. Que direito será esse que lhe dá a isenção por 5 anos — ninguém sabe por quantos anos já vêm — de recolher o Imposto de Renda? Então, por essas e outras, nós notamos que a coisa é muito mais grave. Aqui nós temos, já a essa altura, 4 ações. De que a Comissão já deve ter conhecimento, 4 ações civis públicas só no Estado de São Paulo. Então, o Ministério Público se preocupou e, quando foi pesquisar, verificou que a coisa era grave. A SERASA não é esse sepulcro caiado bonitinho e bonzinho. É um negócio muito mais perigoso, pelo que se nota. Então, 4 ações civis públicas no Estado de São Paulo, algumas ações individuais no Paraná, já de relação a essa atividade asquerosa da SERASA, que quer ter o poder de fiscalizar a todos nós sem ouvir o outro lado. Jogou o nome ali, ela faz seus negócios. Imagine os políticos o tanto que não sofrem nas campanhas com alguém divulgando: "*Ele está no SERASA. Ele está na SERASA*", porque é masculino e feminino: uma hora é o SERASA, outra hora é a SERASA. A Comissão vai especificar no final. Então, meus senhores, a minha colaboração inicial é esta. Estou à disposição para mais informações. Ainda há uma outra liminar que eu vou mandar a cópia para esta Comissão e alguma coisa mais que houver estou à disposição da Presidência e da Comissão para nós todos ajudarmos o Brasil a crescer com o crédito, porque todo mundo quer que tenha crédito justo, crédito sério,



mas que o organismo que controle também seja um organismo que não pense nos bilhões que lhe estão entrando, mas que pense no futuro do País, num País justo, num País modernamente adequado à justiça social, mas também à justiça para todas as camadas, inclusive dos comerciantes. Banco do Brasil, Caixa Econômica, que têm uma triangulação enorme com a SERASA, precisam usar como eles usam para a gente. Nós cobramos do Governo, nós cobramos dessas instituições com a execução bem demorada na Justiça, mas esses órgãos adquiriram o poder de bloquear até dinheiro, INSS bloqueia, adquiriu isso, colocou lá numa lei, e a SERASA faz isso, e o SPC também, não se leva a sério o princípio do contraditório, que está na Constituição de 88. Por que só vale para a área do Judiciário? A Constituição diz que são processos administrativos e judiciários que devem obedecer ao princípio da ampla defesa e contraditório e devido processo legal. Então, não se sabe por que esses órgãos e os bancos, todo-poderosos, não querem seguir o contraditório para o outro lado, só querem para eles. Eu gostaria de lembrar, por último, que nós temos um poder enorme para os bancos que foi dado há muitos anos e o Governo Fernando Henrique conseguiu oficializar esse poder em relação aos juros e, por isso mesmo, eu trouxe à lembrança desta Comissão e de todos os que estão nos ouvindo a Medida Provisória nº 2.172-32, de 23 de agosto de 2001, Diário Oficial de 24/08/2001. Ela estabeleceria a nulidade dos dispositivos contratuais, ela dava nova redação à chamada Lei da Usura, combatendo os juros extorsivos, abusivos e assim por diante. Aí o Fernando Henrique baixou essa medida provisória, que era muito boa, anularia os contratos que teriam juros abusivos, cobranças indevidas, e mandaria que devolvesse em dobro. Está aqui escrito. No começo, é muito bonitinha. Aí vem o art. 4º e diz: "*As disposições desta Medida Provisória não se aplicam: 1º) às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como às operações realizadas nos mercados financeiros*". Então, o pessoal dos juros ficou solto. Nós não temos essa guerra aí contra os juros altos, aí, agora, do novo Governo? O novo Governo precisa entrar na realidade e olhar que aqui há o entulho do Governo anterior. Se não mudar aqui, os juros não podem cair de jeito nenhum, porque o entulho... Era o entulho autoritário, que nós falávamos dos governos militares, mas agora há esse outro entulho aqui. Se não tirar, nós não temos nem



que falar mais em negócio de juros baixos, porque aqui os bancos ficaram soltos para cobrarem, por isso que eles cobram dos cheques especiais aquelas taxas abusivas, cobram dos contratos de crédito taxas abusivas e cobram do chamado limite, que é outra armadilha do capitalismo moderno. Eu tenho um trabalho chamado... vai ser ainda elaborado, para terminar, chama-se "*Cartão de crédito, a tentação capitalista*". E ali é outra beleza. Ele serve demais para a gente, mas mata também demais, porque os juros são terrivelmente altos e os bancos, que vivem de juros, segundo eles, entendem que devem cobrar juros abusivamente. Então, eu também levaria à Comissão a lembrança, porque daqui se deu força ao sistema de bancos e se deu força às financeiras e se deu força às SERASAs da vida, porque ficaram livres das imposições da medida provisória, que era para dar aquela redação boa ao decerto velho, de 1933. Desde o tempo da Bíblia que já se fala contra juros altos, contra juros abusivos, contra empréstimos malucos, e assim por diante. Mas nós estamos ainda no outro século, que eu não sei mais qual é, 2003, e o problema é também de vocês, de todos nós; vamos além da SERASA, ela ser disciplinada, quer existir como órgão que diz que vai facilitar o crédito, mas que seja justa, não fique cheia de dinheiro, rica, movimentando bilhões com os negócios, os produtos, que ela vende e a gente sofrendo. Portanto, tenho como terminada a minha consideração inicial, a minha colaboração a esta Comissão para as apurações das atividades que, eu diria, nefastas da SERASA. Pode ser que ela, mudando, pode ser elogiada depois, se tiver uma atividade altamente justa, honrosa e até fraterna para quem já ganhou tanto capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Concedo a palavra, também por 20 minutos, ao Sr. Etelvino Luiz Garcia para suas considerações iniciais.

O SR. ETELVINO LUIZ GARCIA - Muito bom dia a esta Comissão, Presidente, Relator, Srs. Deputados e assistentes, eu fui chamado para relatar possíveis danos morais. Nesta Nação, neste País, acho que no mundo em que vivemos hoje, o crédito é a identidade da pessoa. Se a pessoa tiver crédito, aquilo que é passado para as pessoas é que se ela tem crédito ela é um cidadão normal, é uma pessoa que merece confiança, que merece respeito; mas se ela não tiver crédito, ela fica privada de poder viver nesta Nação, neste País. Eu fui negativado no SERASA no ano de 94; eu estava servindo o serviço militar, já como médico, saí da



faculdade, fui para Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul, e pagando a prestação de um carro que eu havia adquirido na época, e as duas últimas prestações desse carro, em função de uma indenização que era para eu ter recebido do Exército — inclusive, há um processo contra isso —, eu acabei indo para o SERASA e em questão de 3 ou 4 meses, eu começando a minha vida profissional como residente em Curitiba, em 3 ou 4 meses aquelas duas prestações do carro ficaram impagáveis, ficaram, assim, impossíveis de pagar. De uma dívida de 5 mil reais, não lembro nem eram reais ou cruzados, já mudou tanto a nossa moeda, em 94 era cruzado ou era real? Transição, né? Naquele momento de transição, e 5 mil reais, em questão de 4 ou 5, meses ficou impagável, estava devendo já mais de 40 mil reais. E sempre tentando negociar com o banco, na época o Banco do Brasil, e as negociações de juros com bancos são uma coisa interessante, sempre vêm a favor do banco, a gente sempre perde. E eu fiquei durante 2 ou 3 anos lutando com isso, trabalhando. Por que o constrangimento moral? Mudei-me para Curitiba e quando você vai alugar um apartamento, uma casa em qualquer cidade do Brasil, eles pedem para você fazer um cadastro. E é incrível! Quando as pessoas pegam o seu cadastro, elas olham a sua profissão, elas se animam; médico é uma profissão ainda considerada de elite no Brasil. “*Que bom! Vou alugar para um médico.*” Aí você põe o seu RG, você põe o seu CPF, seu CRM, a procedência, de onde você vem, nome do pai, nome da mãe, aquela coisa toda. E de repente você chega lá para pegar na imobiliária as chaves do local em que você quer morar e eles falam assim: “*Seu cadastro não foi aprovado*”. Mas por que meu cadastro não foi aprovado? Eu tenho uma renda que eu poderia pagar esse aluguel. “*É porque o senhor tem restrição no SERASA.*” Então, quer dizer que quem tem uma restrição no SERASA não pode morar neste País ou tem de arrumar uma pessoa para assumir a responsabilidade do seu aluguel. Imagine, Sr. Presidente, o senhor vindo para Brasília e, de repente, ter de pedir para um colega Deputado alugar para você um apartamento porque o senhor está negativado por uma situação em que o próprio banco, o próprio sistema impede que você pague. Então, durante 3 anos da minha vida eu passei esse tipo de constrangimento. É comum nas capitais, hoje — eu não sei como eles conseguem, acho que através do SERASA também, porque eles têm um sistema de informação muito bom —, é comum gerentes de banco te visitarem no consultório,



virem com cadastro, virem com cartões de crédito, virem com tudo quanto é tipo de proposta para que você seja um cliente deles e, por algumas vezes, eu preenchi esses cadastros. E era interessante, os gerentes chegavam com um sorriso aberto, cheios de.. e nunca mais apareciam (*riso*). Nunca mais voltavam para falar: Olha, sua conta foi aprovada. Sequer uma ligação: olha, doutor, nós não vamos abrir a sua conta porque o senhor está no SERASA; desapareciam assim como num passe de mágica. Qualquer loja a que você chegue hoje, até para comprar alguma coisa à vista, eles já querem fazer o seu cadastro, já querem fazer uma ficha para você, e tal, e, algumas vezes, em lojas, principalmente no começo, quando eu fui para o SERASA, chegando a Curitiba, você ia comprar ou dava um cheque, mesmo tendo saldo na conta, um cheque pré-datado, eles olhavam e falavam: “*Olha, nós não podemos fazer isso, nós não podemos parcelar para o senhor*”. Se isso não é constrangimento, eu não sei o que é. A verdade é que eu fico imaginando: se eu, como médico, sofri todas as dificuldades que eu sofri por estar no SERASA, eu imagino o cidadão que vive de salário mínimo a dificuldade que ele tem para poder sobreviver. E aí a gente não entende o porquê do aumento da criminalidade no Brasil, o porquê de tanta violência. Na realidade nós acabamos sofrendo violência do próprio sistema que está aí. No ano de 97 eu consegui negociar aquela dívida que eu tinha com o Banco do Brasil e comecei a pagar parceladamente. E, segundo eles, quando você faz a negociação e começa a pagar, o seu nome é excluído do SERASA. E eu tive de ficar 5 anos no SERASA e não sei por quê. Eu quitei. No fim eu vendi aquele carro, peguei o dinheiro dele e quitei aquela dívida com o Banco do Brasil e ainda assim eu permaneci aproximadamente 1 ano, 1 ano e pouco no SERASA. Eu ligava para o Banco do Brasil perguntando por que meu nome ainda estava lá e eles falavam: “*Olha, nós já mandamos o documento para o SERASA para excluir seu nome*.” Eu ligava para o SERASA e o SERASA falava assim: “*Nós não podemos te tirar daqui enquanto o banco não nos mandar um documento*”. E esse pingue-pongue ficou durante aproximadamente 1 ano, um ano e pouco nessa brincadeira. E durante esse período todo eu fui tachado como, no popular, nó cego, porque se você não tem crédito, seu nome não está limpo, você não tem direito a fazer nada, você não pode... Quer um exemplo? Você vai se hospedar num hotel hoje... eu me hospedei num hotel certa vez e, quando eu cheguei, fiz aquela ficha



normal e o recepcionista do hotel falou assim: “*O senhor vai pagar como?*” Em cheque ou em cartão? Eu falei: “*Eu vou pagar em dinheiro, porque eu não tenho cheque nem cartão.*” “*Mas eu preciso que o senhor deixe uma caução aqui. Ou o senhor me arruma um cartão de crédito de alguém ou pega um cheque emprestado de alguém ou não pode se hospedar neste hotel.*” Então, quando você está sozinho, não tem ninguém por perto é uma coisa assim que você fica vermelho, dá vontade de dar uma bicuda na canela do recepcionista lá, do atendente, mas duro é quando sua família está com você, sua esposa está do seu lado, seus filhos estão do seu lado e as pessoas te olham e, muitas vezes, o próprio recepcionista, o próprio atendente ali. Tem uns que fazem questão de falar: “*Olha, não dá, porque o seu nome está aqui no SERASA*”, para todo mundo que está no auditório ouvir, para quem está por perto ouvir. E isso parece assim que é uma doença contagiosa, porque quando o cara fala: “*Olha, nós não vamos poder liberar isso aqui para o senhor porque o senhor tem uma restrição, está no SERASA*”, é automático, todo mundo olha para você. E naquele momento a sensação que a gente tem é de que você não é nada (*riso*), é de que nós não somos nada. Se você não tem cartão de crédito hoje, se você não tem um talão de cheques, se você não abre a carteira e tem condição de escrever um papel e entregar para a pessoa, as suas possibilidades ficam difíceis. Eu posso dizer uma coisa para vocês: esses 5 anos que eu fiquei negativado no SERASA atrapalharam muito, não a minha vida profissional, mas a minha vida financeira, porque surgem negócios, surgem possibilidades de você adquirir um bem parceladamente — hoje neste País ninguém tem 160 mil reais, 120 mil reais para comprar um imóvel numa capital, mas tem condições e pagar 500, 600 reais de prestação por mês por alguns anos. E eu jamais pude fazer isso porque o meu nome estava entre os que não podem ter crédito neste País, nesta Nação. Isso fez com que eu mudasse, me mudasse de residência; saí de Curitiba, fui para Mato Grosso, para Sinop, uma cidade do interior do norte de Mato Grosso na qual eu cresci e lá eu tinha um nome, eu tinha uma família, lá as pessoas me conheciam e a minha esposa, logo que nós chegamos em Sinop, foi muito interessante, porque nós fomos a uma loja de calçados de um amigo nosso e eu quis pagar à vista e ele, na hora, abriu um cadastro e falou: “*Não, de jeito nenhum, faz aqui um crediário*” e tal e eu, naquele constrangimento, falei: “*Eu não*



posso”, porque se ele visse, pronto, meu nome na cidade também vai embora. E eu falei: “*Não, não, eu quero pagar à vista*”. E ele falou: “*Não, não se preocupa, não*”. Fez a ficha, tal e, por incrível que pareça, não me consultaram, porque são amigos. Então, em cidades de menor porte você ainda tem um nome, você ainda tem a família, você ainda tem uma história, mas nos grandes centros, como eu estava, a possibilidade de vida fica muito difícil. No período em que eu estive em Curitiba eu fiz um consórcio de um carro e fui pagando esse consórcio. É incrível que as operadoras de consórcio não te pedem o CPF ou não te impedem de pagar se você tiver no SERASA. Quando eu comprei um consórcio, eu estava no SERASA e eu falei isso para o vendedor. Eu falei: “*Olha, meu nome tem restrição.*” “*Não, não se preocupa, porque isso não é problema nenhum.*” E você paga tudo. Só quando você é contemplado, na hora de retirar o seu bem...Quer dizer, durante 20 meses eu confiei no consórcio, pagando a minha prestação, pagando tudo aquilo que eles pediam, aumentava e eu estava lá pagando. Mas na hora de retirar o bem: “*Olha, seu nome tem restrição; você não pode tirar o carro, a menos que você arrume um avalista*”. Eles não pedem um avalista quando você começa a pagar, mas na hora de você retirar aquilo que você está pagando e que eles acreditaram em você naquele período, você perde o crédito. E o chato é que você chega para procurar alguém para ser seu avalista e: “*Mas consórcio não precisa de avalista, no meu consórcio eu nunca precisei*”. E realmente não precisa. A menos que você esteja no SERASA. Ou seja, você tem que, constantemente, estar dependendo das pessoas para poder ter ou sobreviver a alguma coisa neste País, neste sistema. Não sei se os outros países são assim. Talvez até sejam. Eu não tive oportunidade de sair do País até hoje porque, para eu ter um visto para os Estados Unidos, por exemplo, para conhecer os Estados Unidos, eu não posso estar no SERASA. Para eu ir para outra Nação eu não posso ter o meu nome no SERASA, porque pessoas que não têm crédito não podem viajar, não podem ter esse direito. Eu não quero me alongar mais. Estou à disposição para as perguntas de vocês. Só quero concluir que quando nós... Estou muito feliz de estar aqui, de saber que os Deputados que aqui estão presentes estão interessados nesta situação, porque, graças a Deus, há uma coisa que eles não consultam no SERASA quando acontece: quando a gente pega o nosso título de eleitor e vai votar; ali nós somos cidadãos. Ali nós podemos declarar em quem nós



confiamos, quem nós queremos que nos represente, e ali nós não somos discriminados. Eu quero agradecer por esta oportunidade. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Concedo a palavra ao Deputado Reinaldo Betão, autor de um dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO REINALDO BETÃO - Sr. Presidente, Sr. Adão de Assunção, Sr. Etelvino Luiz, demais membros da Mesa, Deputados e Deputadas, quero parabenizar esta CPI mais uma vez, porque está tomando um rumo notório em todos os segmentos da sociedade, haja vista que nós temos recebido telefonemas e *e-mails* pelo trabalho. E é aos nossos membros, hoje, que aqui estão para prestar o seu depoimento, pela maneira que sofreram constrangimentos, que seus nomes foram inseridos, devida ou indevidamente, no SERASA, mas da maneira como também até o meu próprio já foi, sem eu nunca ter conta bancária em determinado banco. E sabemos que daqui, com certeza, a sociedade brasileira, Dr. Etelvino, Dr. Adão, vai ter uma resposta, porque esta Casa é composta por membros que estão representando o povo brasileiro e que irão dar respostas à altura disso tudo, dessas até barbaridades que tenham ocorrido. Vou fazer um breve relato. Eu nunca tive conta no UNIBANCO, eu nunca tive um cartão de crédito UNIBANCO. Eu ia comprar um celular num *shopping*, numa dessas promoções que há — agora, eu já Parlamentar —, fiquei constrangido em não poder comprar. Quando dei meu cartão de crédito: “*Não, o senhor não pode*”. Eu falei: “*Por quê? É o cartão, é a operadora que vai pagar*”. “*Não, o seu nome está no SERASA*”. Liguei para lá e ainda fui constrangido e me passaram para três setores. E no terceiro ainda mandaram eu baixar meu tom de voz, porque eu estava me exaltando. A operadora falou assim: “*Se você não abaixar seu tom de voz, eu vou desligar*”. “*Não precisa ter esse trabalho, que estou fazendo*”. E daí estou movendo uma ação também contra o SERASA. Estou fazendo parte desta CPI como cidadão, como Parlamentar e também por ter sofrido um constrangimento. Mas há muitos aqui que não sofreram e estão também e muitos até sofreram também. Hoje, até para você ter uma conta no banco, o senhor que é uma pessoa pública e recebe pelo banco do Estado, e às vezes acabou sua atividade, encerrou e, muitas das vezes, fica lá um talãozinho que emitiram, cinco reais, você já encerrou sua conta e daqui a pouquinho vai ver que seu nome está no SERASA por causa de cinco reais. Ontem mesmo, ligando para



minha cidade, no Município de Magé, uma senhora com oito reais foi ao SPC indignada porque o nome dela estava lá inserido no SERASA e, ao descer as escadas, tomou um tombo e quebrou a perna. Quer dizer, agora vai processar. Você veja a situação. Por causa de oito reais, a pessoa ainda sofre um acidente porque teve que ir lá sofrendo um constrangimento para limpar o seu nome. E o cidadão humilde? Os senhores aqui presentes, graças a Deus, têm uma estrutura. Agora, imaginem aquele cujo maior patrimônio é o nome e lhe é negado um crédito quando chega a um determinado estabelecimento para fazer uma compra. Então, os senhores foram convocados para aqui prestarem esse depoimento. E nós, da CPI, estamos muito felizes com os trabalhos. Parabenizo o nosso Presidente, todos os membros, vocês que têm colaborado e também — vamos, não é Presidente, chamar o pessoal do SERASA para vir aqui — que vocês também possam estar presentes para que ouçam também a defesa que eles irão apresentar. De momento, nós agradecemos a presença de vocês. As perguntas, faço-as agora, Presidente, ou não? Pela ordem de inscrição. Bom, Sr. Adão, o senhor sofreu um constrangimento, sendo impedido de comprar até um carro. E o senhor, como uma pessoa pública, eu não sei se na época o senhor também estava exercendo algum cargo público, o senhor foi comunicado, o SERASA lhe mandou... Porque eu não fui comunicado. O senhor recebeu a notificação de que seu nome estava sendo encaminhado para o SERASA?

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - Não recebi notificação. A solução foi comprar através do filho, financiado também. Foi o jeito comprar o carro através do menino meu. E não tem aviso nenhum. Até agora não se recebe, assim que sai o nome para lá, não se recebe nada antes. Pelo menos comigo ocorreu sem nenhum aviso. Agora, há uns dois meses ou três eu tinha um atraso no Banco do Brasil. Aí veio uma cartinha da própria SERASA, além da do Banco do Brasil, que me convidou para negociar. A negociação já estava feita e veio uma cartinha do SERASA dizendo: "*Olha, o atraso está grande e possivelmente, se não solucionar dentro de poucos dias, será registrado aqui*". Foi a primeira vez que recebi, já neste ano de 2003.

O SR. DEPUTADO REINALDO BETÃO - Foi a única. Dessa primeira vez que o senhor foi inserido o senhor não teve nenhum comunicado oficial?



O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - Já houve duas liminares contra. No caso não sei se foi por isso que lembraram do meu nome. E agora, para me agradar, mandaram esse também, com o nome completo, endereço completo.

O SR. DEPUTADO REINALDO BETÃO - Agora, nunca houve um investimento tão grande deles na mídia como depois dessa CPI. Pelo menos acho que os meios de comunicação devem estar sorrindo de orelha a orelha, porque nunca faturaram tanto. Todos os grandes jornais e as revistas estão com a propagando da empresa. E ao senhor Etelvino: o senhor chegou a entrar na Justiça contra o SERASA? Você falou que o seu nome ficou cinco anos lá. Você falou que pagou a dívida e, depois de ter pago, ainda ficou mais um ano. Ele saiu pela quitação ou porque prescreveu? Acho que prescreve, com cinco anos parece que prescreve o nome.

O SR. ETELVINO LUIZ GARCIA - Saiu porque prescreveu.

O SR. DEPUTADO REINALDO BETÃO - Não por ter pago.

O SR. ETELVINO LUIZ GARCIA - Não por ter pago a dívida. E eu também não recebi comunicação de que meu nome tinha ido para o SERASA na ocasião.

O SR. DEPUTADO REINALDO BETÃO - Parece que a lei faculta, quando se negativo o nome de alguém ou de uma empresa, que teria que receber três comunicados. Mas nem isso. Como acho que lá a lei não funciona, só funciona para eles, eles não o fazem. Estou abismado porque pensei que fosse meu caso um caso excepcional, de não ter sido comunicado, até porque lá o cidadão que comprou no meu nome talvez montou um endereço errado, eu não sei a maneira como ele fez. Mas eles não mandam comunicado, realmente, nenhum. O seu nome, o seu endereço, você não mudou nada?

O SR. ETELVINO LUIZ GARCIA - O banco sabia onde eu estava. Eu me mudei para Curitiba e tinha contato com o Banco. Tanto que eles me mandavam correspondência e tudo. Mas o SERASA não me mandou nada. Realmente a gente fica sabendo que nem jogador de futebol: "*Fiquei sabendo pela imprensa*". A gente fica sabendo na loja, quando vai comprar e descobre que não pode comprar.

O SR. DEPUTADO REINALDO BETÃO - Está o.k. Presidente, é só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jacobo) - Conforme a lista de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Léo Alcântara.



O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, Sr. Relator. Sr. Juiz Federal aposentado, Adão de Assunção, ex-membro da Magistratura, cabe-me aqui fazer-lhe uma pergunta. Porque no caso de eu parar o meu carro no estacionamento de um *shopping center*, se o meu carro for furtado, acontecer alguma coisa, existe hoje jurisprudência que obriga o *shopping* a ressarcir o que foi furtado dentro do veículo. A minha pergunta é no sentido de: a SERASA recebe uma informação, não checa se aquela informação é verdadeira ou não, e passa, a partir dali, a lucrar com a informação que ela obteve. Porque a cada momento que é consultado o meu CPF, ela cobra um valor. Dependendo do número de consultas, é um real, dois reais, seis reais, seja lá qual for o valor. E ela se esquiva dizendo que ela é uma mera receptora de dados e fornecedora. A ela não cabe saber se a informação é verídica ou não. Então, a minha pergunta é: não existe nenhuma jurisprudência que faça com que a SERASA seja obrigada? Porque os cartórios têm fé pública. Se ele protesta um título, se ele registra uma escritura, seja lá o que ele fizer e for inverídico, aquele cartório vai responder, porque o cartório tem fé pública. E o SERASA hoje quer ser superior a todos os cartórios, porque ele negativa o nome sem ser necessário o protesto. Se não me engano, até 1996, ou era 1997, existia a obrigação, para negativar um nome, de ter um título protestado em cartório. E a partir daí o SERASA ficou muito mais forte do que todos os cartórios. A minha pergunta ao senhor é no sentido: não há nenhuma jurisprudência nesse sentido de que ela, ao armazenar e fornecer os dados... — porque se ela simplesmente armazenasse aqueles dados, não tem nenhum problema, mas, a partir do momento em que ela usa os dados que ela não sabe se são verdadeiros ou falsos, ela presume que são verdadeiros, ela passa a, daí, lucrar e a causar prejuízo. No meu caso, por exemplo, eu tive, uma certa vez, porque, por ser político, a cada três meses eu peço que a minha secretária averigüe se a SERASA, SPC, seja lá o que for, colocou o meu nome. De três em três meses eu peço que faça isso. E uma certa vez a companhia de telefone do Ceará negativou o meu nome por uma conta que eu nunca recebi. Mas aí é um problema da empresa telefônica. Aí foi uma briga minha com a empresa telefônica, porque nunca chegou a conta. E ela diz que não interessa, eu sei qual é o vencimento da minha conta e não interessa se eu recebi ou não, eu tenho de ir atrás de pagar a conta. Agora, eu não posso pagar uma conta que num mês o vencimento



é dia 10, no outro é dia 15, depende do sistema dela de bancos, e uma conta que eu não sei qual é o valor. Não posso pagar uma coisa se eu não sei qual é o valor. Mas não só negativou o meu nome sem eu estar ciente, como também demorou mais de sessenta dias para tirar o meu nome, depois que eu paguei a conta. Sempre com essa história: a SERASA dizia que não recebia a informação e a companhia dizia que havia mandado a informação. E aí a gente fica nesse pingue-pongue. Não sabe qual a que resolve. No meu modo de entender, a partir do momento em que eu provasse que eu quitei aquela dívida, eu chego lá na SERASA e digo: *“Olha, está aqui, minha dívida está quitada, não depende mais de informação da companhia telefônica ou não. Eu estou lhe provando que eu quitei essa dívida.”* Não, mas eu só posso tirar o seu nome se quem colocou me autorizar”. Esse é o ponto falho da SERASA. E falhou também em não averiguar se aquela conta era verdadeira e se eu tinha sido notificado ou não. O outro ponto que eu falo é: o senhor, como membro da Magistratura, passou por todo esse problema. O senhor imagine um cidadão comum, que não tem o acesso que o senhor tem, ou que nós Parlamentares temos, o que esse cidadão passa. Aqui o Deputado Reinaldo Betão relatou o caso de uma senhora que quebrou uma perna porque foi lá tentar resolver um problema de 8 reais. Qual o prejuízo que essa cidadã agora vai ter sem poder trabalhar? Os dias vão ser descontados do salário dela. Especificamente, a minha pergunta é se não há jurisprudência no sentido de que a SERASA, ao armazenar esses dados, deveria ter a mesma obrigação que o cartório tem: de se responsabilizar. Se ele protestou um título meu, ele é responsável por saber se ele é verdadeiro ou não.

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - A pergunta envolve mais considerações. Com relação à primeira parte, que é se ela deve ou não, ela deve responder, em conjunto ou sozinha, porque já há muitos anos o antigo Código Civil Brasileiro, no art. 159, dizia que aquele que prejudicar ou causar dano a outro será obrigado a reparar o dano. A responsabilidade aí é clara. E o outro Código, o novo, está com a redação desse artigo em outro lugar, mas quase a mesma coisa; reformou, mas não reformou — só transpôs para outro artigo. A outra legislação forte é a do Código de Defesa do Consumidor, que os bancos, como você sabem, entraram com a argüição de inconstitucionalidade já depois de mais de dez anos de vigência ou de nascedouro do Código. Os bancos têm pavor ao Código de Defesa



do Consumidor, porque tirava um pouquinho desse privilégio que os bancos têm. E, naturalmente, não interessa a eles perderem tantas ações como perderam nesse reinado, nessa vigência do Código de Defesa do Consumidor. O Collor tem os defeitos que tem — nós o tiramos —, mas ele deixou uma lei que causou preocupação ao sistema bancário. Então, a responsabilização da SERASA é tranqüila à base da Justiça, porque a lei protege, o Código Civil atual, o anterior, e o Código de Defesa do Consumidor. As ações que estão sendo propostas no Paraná são contra ela e mais a União, o Banco Central, que têm relacionamento direto. Então, a responsabilidade não é sozinha dela, mas ela tem a responsabilidade e responde no Judiciário, porque de boca ela não dá. V.Exa. mesmo disse, Deputado, que foi lá com a prova do pagamento, mas ela quer que a pessoa que inscreveu o nome venha. Eu também fui com essa certidão, porque as certidões... Há um dispositivo legal que diz: não se pode negar fé a certidões públicas. É o caso do cartório, se a certidão é cartorial. Mas a resposta é essa mesma: *“Não, aqui só levando para lá, para quem inscreveu o seu nome, no caso o banco ou a entidade”*. Aí sim poderia tirar. Quer dizer, é um absurdo, porque você está com a prova do pagamento e ele poderia tirar ali mesmo, a não ser que argüísse de falsidade aquela certidão. Então, Deputado, a situação sua também é parecida com a minha. Eu tenho um caso de um parente com quem fui levar a certidão no guichê da SERASA, só para constatar, porque a notícia de que ele não recebia lá eu já tinha, só se viesse através da entidade que teria inscrito o nome. Se um membro do Legislativo federal já tem essa prova, já sabe que ela gosta de agir erradamente, prejudicialmente à população brasileira. Em relação ao problema de juiz, embora o fato tenha ocorrido depois que eu tinha me aposentado, mas poderia ser, e alguém me disse: *“Será que não era retaliação, Doutor? O senhor andou deferindo muitas liminares contra CADIN, SERASA etc.”* Mas SERASA foram poucas, porque era mais pessoas físicas, mas pessoas jurídicas geralmente eu andei muitas liminares contar a inscrição apressada de empresas no CADIN, o que estava, em vez de ajudando o crédito, prejudicando, levando aquelas empresas à queda ou à quebra. Portanto, depois dessa vida de magistrado da ativa, professor universitário e agora na área política, você sabe que a gente sofre mais. Há adversários por todos os lados, principalmente no ano de eleição. No ano de eleição, todos os políticos são



mais atacados, são mais xingados, são mais badalados. E aparecem também esses casos com mais facilidade, com mais presença, porque todo mundo quer prejudicar os outros. Então, a SERASA está sendo uma entidade que merece um corretivo. Não estou dizendo eliminar a SERASA porque, naturalmente, a violência que ela pratica contra o povo brasileiro, contra todos nós, exigiria uma medida quase assim. Mas que se corrija essa distorção de atividade, essa distorção de atuação. Atuar sem ouvir o outro lado, quando a Constituição de 1988 já tem seus 14, 15 anos, já chegando, e o que é que nós vemos? Ampla defesa, contraditório, devido processo legal, tudo ali bonitinho no art. 5º. Mas esse pessoal só quer isso para o lado contrário, para eles, não. Precisa que a posição...

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - E diz a Constituição que o cidadão só é culpado com sentença transitada em julgado.

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - É. Transitada em julgado. Por isso a minha tese seria essa, de só se inscrever na SERASA ou SPC, CADIN e essas "zorras" todas aí se tiver já transitado em julgado a sentença. Como o Judiciário é demorado, vocês vão ter que fazer leis para corrigir também o Judiciário e acabar, por exemplo, com prazos dobrados, prazos quadruplicados, precatório, essa vergonha nacional. No exterior os países que têm o sistema de direito funcionando não têm precatório. O Estado de direito nosso é muito capenga, porque ainda tem o precatório. Vocês já viram como é o precatório? É o ganha-mas-não-leva. Todo mundo tem medo de entrar contra o Estado, contra a União, contra o Município, porque ganha mas não leva. Tem processos... Em Salvador tem um processo na Justiça Federal, eu dei um despacho violento lá uma vez. Aí a União agravou, 38 anos esse processo já estava... Em 95, quando eu fui substituir nessa vara um colega que estava de férias, estava lá esse processo. Numa arrecadação, a Fazenda Nacional fez, pagou pouco e a família entrou na Justiça para cobrar esse dinheiro. E em 1995, quando dei esse despacho de 38 anos... Agora o processo já está com mais anos e ainda não chegou, ainda está na fase de liquidação da sentença. Já morreu o primeiro autor, aí entrou o segundo e agora já morreu também. Já estão os herdeiros dos herdeiros habilitando-se no processo para ver se chega um dia. E ele ainda vai entrar no precatório, possivelmente, no ano que vem. Quer dizer, imaginem...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Léo Alcântara, para sua consideração final.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Lá no Ceará a gente usa um termo que vale bem para a SERASA. A SERASA faz barba, cabelo e bigode. Ela julga, sentencia e executa, sem que nós tenhamos direito a nos defender.

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - O senhor veja bem, chega a época eleitoral — eu acho que foi a Deputada Perpétua que falou —, uma determinada empresa usa de má-fé, joga o meu nome no SERASA, aí eu vou andar lá no meu Município e meu opositor, concorrente chega lá e diz: *“Olha, vocês vão votar no Deputado que não paga as contas, um caloteiro, um velhaco”*. E até que eu vá provar que aquilo é mentira, já acabou, já foi a eleição. E por aí vai. Porque se eu provar que aquela dívida é inexistente, com certeza, em quatro, cinco meses a Justiça não vai ter condição de dizer se aquela informação é verdadeira ou não.

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - Então, geralmente, aí é o..

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Então, a minha preocupação é porque a SERASA tem um poder muito forte. Ela não está blindada o suficiente para ter todo esse poder. Eu acho que uma forma de um cadastro, mas que ela seja o mais criteriosa ao receber e ao fornecer informações. Este é o meu ponto de vista. Eu cito aqui um caso recente: minha esposa tem um filha com o ex-marido e durante um ano ela foi responsável financeira perante o colégio da filha. No ano seguinte foi o ex-marido. E o ex-marido não pagou o colégio. O colégio, por saber que ela é esposa de um Deputado Federal, que o Deputado é filho do Governador, jogou ela no SERASA e não o ex-marido. E ela passou o constrangimento ao entrar numa loja e dizerem: *“Olha, a senhora nunca pagou nenhuma conta da senhora atrasada, mas o seu cartão da loja nós não vamos renovar, porque a senhora está no SERASA”*. Vejam a que ponto nós chegamos. Eu, para não discutir, não ir brigar, não ir resolver — infelizmente, nós políticos somos julgados sem ter direito a nos defender —, fui atrás, paguei a conta, resolvi e exigi que o colégio fosse tirar o nome do SERASA, enquanto a lei obriga que ele, naquele determinado momento, tem que fornecer a informação e tirar o meu nome do cadastro, no caso, o da minha esposa. Então, Sr. Presidente, agradeço. Eu acho que depoimentos como esse são necessários,



porque aí nós vamos ver uma falha do SERASA e até — quem sabe? — ajudar o SERASA a não permitir que falhas como essa venham a acontecer. Este é o verdadeiro sentido desta CPI, procurar detectar as falhas e fazer com que elas não aconteçam mais, que o SERASA cumpra a lei. Ele não está acima da lei. Ele tem que cumprir a lei. E, no meu ponto de vista, o nome de um cidadão só pode ser negativado como determinava a Constituição, com o título protestado em cartório, porque aí, eu sou informado daquele problema antes de ser protestado. Porque antes de o cartório protestar, ele publica, ele notifica e ele publica quem irá ser protestado. E aí eu tenho o direito de ir lá e dizer: “*Não, essa conta, não devo*”. Ou então vou, pago a conta, e meu nome nem sequer chega a ser negativado. Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - O próximo inscrito na lista é o Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Bem, Sr. Presidente, eu quero, primeiro, parabenizá-lo pela velocidade como está conduzindo esta CPI. A gente sabe que corre contra o tempo. E é engraçado, eu, na verdade, tinha muita coisa hoje para fazer, como nós todos. Hoje nós estamos tendo a CPI da Pirataria e a reforma tributária. As três salas ao lado aqui. Eu sou... e eu fui dar outras prioridades, e aí já imaginei que a gente soubesse tudo e conhecesse profundamente o sistema de informação da SERASA, tal. Falei: Poxa, duas testemunhas. Deve ter tantos. Depois eu vou ouvir outros. E peço desculpas porque perdi o depoimento do Sr. Adão de Assunção. E, na verdade, é nesses simples depoimentos que a gente vê as coisas mais críticas da SERASA em relação a discutir o sistema, cópia, aquilo, até porque acho que muitas coisas daquilo ali a gente vai conseguir tecnicamente esclarecer e penalizar aquilo que houver de errado ou não. Mas, na verdade, aí a gente percebe aqui no nosso dia-a-dia que realmente esse debate está nos levando a refletir um pouco mais do que era o objetivo de ver o que há na SERASA. É de, realmente, entender o papel que a SERASA tem. Claro que ela tem um papel positivo. E o Sr. Adão colocou de forma claramente. A gente não veio aqui discutir se quer acabar ou não quer acabar com a SERASA. Não é nada disso. Pelo contrário, até porque todos nós temos família também no comércio, todos nós. Alguns trabalham na área econômica e sabem o custo que tem a



inadimplência neste País, que quem paga também é o consumidor na outra ponta. Ninguém paga. Eu nunca vi um banco pagar pela inadimplência. Ele vai e aloca, mas se você vir o custo do financiamento, do dinheiro que ele empresta, já está previsto o índice médio de inadimplência tomado no setor financeiro nos últimos anos e quem paga essa conta também é o consumidor. Então, a gente tem que ajustar o País. Mas eu quero, a gente fica perplexo quando vê o quanto às vezes está dificultando a vida das pessoas um sistema que nasce para poder ajudar um setor do comércio, da indústria e financeiro. Eu queria pedir desculpa por não ter estado, Sr. Adão, mas eu queria que o senhor me esclarecesse alguma coisa que parece que eu entendi que é isso. Eu queria só que o senhor afirmasse, porque eu não estava presente aqui. Mas o senhor, pelo que eu entendi, o senhor foi penalizado por uma coisa de uma empresa que abriu contra o senhor em outro Estado em que o senhor nem tem atividade lá, na verdade, e que, na verdade, nunca foi lá, quer dizer, em suma, não tem prática comercial nem profissional, nada, naquela cidade ou naquele Estado. E quando o senhor informou isso à SERASA, qual foi a reação clara da SERASA, porque isso para nós é muito importante. São ações que dizem claramente como ela está considerando ou não o consumidor. Só vou concluir, depois eu peço que o senhor responda tudo de uma vez só. Peço só para aguardar, é rápido, só um minutinho.

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - São três...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Eu gostaria só de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Sr. Adão, só um minutinho, que o senhor vai ter o seu tempo. Espere ele terminar a pergunta.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Só um minutinho, desculpe Sr. Adão. Primeiro: de que forma o senhor avisou à SERASA? O senhor teve como? Tem um sistema que o senhor tenha encontrado na SERASA para poder ligar, o senhor tem um sistema de telefone, o senhor tem uma SERASA na sua cidade? Que dificuldade o senhor teve para também acessar a SERASA para poder informar que o senhor estava sendo penalizado de uma coisa que o senhor não era responsável? E aí, segundo: qual foi a atitude que a SERASA teve? E depois, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Julio, só um minutinho. A Presidência, pela harmonia que paira sobre esta Comissão hoje, abre o debate no



famoso pingue-pongue. Se o senhor quiser fazer uma pergunta, ele responde. Senão ele vai esquecer. Fica mais fácil.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Eu até prefiro que ele já responda essas duas. Presidente, tem razão.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Desculpe, Sr. Adão. Então, eu prefiro que o senhor possa responder.

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - Foram três. A empresa do Paraná, Curitiba, três contas telefônicas que apareceram lá em meu nome, sem eu nunca ter ido lá na cidade, nunca morei, nunca negocieei, nada. Só tenho algum conhecido lá. Tenho um..

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Mas se tratava de um homônimo, alguma confusão desse tipo ou de maldade contra sua pessoa?

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - Não, o nome está com um erro. Botaram Adão de O. Duarte. É Adão de A. (Assunção) Duarte. Mas o CPF, que é o que interessa, porque nós somos um número, como eu disse antes, o CPF era, corretinho, o meu. E aí que fizeram a jogada. Entrei em contato com a SERASA em Salvador, porque eu estava lá na época, e a SERASA de lá disse que não, só com a empresa que colocou o nome ali.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Ela disse isso verbalmente, ela passou algum documento para o senhor?

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - Só por telefone e depois pessoalmente. Eu fui lá. Aí entrei em contato com a empresa no Paraná e ela mandou que eu fizesse uma ocorrência policial na delegacia de furtos e roubos ou de estelionato, porque também a eles interessaria apurar. Quer dizer, eles queriam tirar a responsabilidade deles...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - O senhor tocou exatamente na minha segunda pergunta que eu ia dizer para o senhor. Estou tentando entender se a SERASA foi vítima ou se ela é frágil na forma de permitir que um associado comprometa a vida de outros. A minha dúvida é: havia... exatamente, seria a segunda pergunta. O senhor conseguiu descobrir, já que o CPF do senhor batia, se essa pessoa realmente usou de algum documento seu perdido, falso, alguma coisa contra o senhor? A SERASA ou a empresa que foi comprada, que colocou o seu



nome na SERASA, tinha sido vítima de algum crime, de alguma coisa desse tipo, ou ela, de forma muito fácil, sem essas coisas, colocou o seu nome lá? O senhor conseguiu descobrir o motivo por que essa empresa colocou o seu nome lá?

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - A empresa disse que as pessoas que tinham contratado a linha telefônica, cada linha telefônica, não estavam sendo encontradas na cidade e a conta estava crescendo. Três contas, dava mil e seiscentos e tantos reais. Aí, ligando para eles, eles disseram: "Olha, duas já estão desativadas, mas a inadimplência continua. E a terceira vai ser desativada, mas está inadimplente. E a anotação dela já vai para a SERASA também.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Veja bem. Alguém...

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - Aí, é o seguinte: as empresas também acham que, como queriam que apurasse, elas também teriam sido vítimas. Eu disse: "*Mas, como é que vocês fazem isso sem a pessoa assinar?*" Disseram: "*Não, é só telefonicamente. A relação contratual veio por telefone, faz o contrato sem assinatura e está valendo*". E a SERASA concorda com isso, naturalmente tem responsabilidade também.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - E mesmo o senhor dando isso por escrito ou tentando fazer, a SERASA não tomou providência? Ela ficou aguardando que a empresa telefônica que tivesse que limpar o seu nome. Foi isso o que lhe foi dito?

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - É, a empresa Paraná.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Muito obrigado. Ao Dr. Etelvino, eu também tenho uma dúvida. Eu vi que mesmo depois de ter sido pago, o senhor tentou limpar o seu nome e não conseguiu. O senhor encaminhou por escrito à SERASA algum pedido de limpar o seu nome, anexando realmente que o senhor havia pago e ela lhe disse que forma e como, de que na verdade não podia limpar o seu nome, só quem podia limpar o seu nome era quem havia inserido o seu nome lá no sistema?

O SR. ETELVINO LUIZ GARCIA - Eu não encaminhei nada por escrito. Foi via telefone. E também no posto em Curitiba, junto a um atendente. Por quê? Porque o Banco do Brasil... O único comprovante que eu tinha da quitação da minha dívida era o comprovante de depósito, que eu enviei para eles, contra a



apresentação de quitação da dívida. Então, foi feito um depósito na agência do Banco do Brasil para que eles retirassem. E a informação que tinha é que eles não poderiam fazer nada sem que o banco enviasse a eles essa quitação. E tem uma coisa que eu estava lembrando aqui. Na época, inclusive, que nós movemos esse processo, em Curitiba, eu não sei se alguém já pôde observar isso, nos classificados, hoje, em algum classificado de jornal, agora eu estava lembrando, eu não tenho aqui para mostrar, mas não é difícil você pegar nos classificados de um jornal avisos assim: “*Você está com o seu nome na SERASA, procure-nos que nós tiramos*”.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Nós já tivemos essa denúncia.

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - Já foi feita, não é?

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Mas isso nós vamos pesquisar a fundo, está certo?

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - Sim.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Nós só estamos tentando entender como é que a SERASA não está dando atenção a quem está reclamando e provando. Por isso que eu estou tentando entender...

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - ...se está faltando uma objetividade ou se falta prova, mas, por isso que a minha pergunta foi bem objetiva no sentido de se quando o senhor fez a denúncia... Eu quero saber se eu estou sendo acusado por uma conta e se eu encaminho essa conta quitada e paga — eu estou tentando ter certeza disso —, se a SERASA não limpa o meu nome, não me positiva, vamos supor assim, não me tira da lista negativa que ele compõe. É isso que eu estou tentando incluir. Porque se nós fomos à SERASA: “*Não, mas atendeu, falou, mas ele não deu um documento...*”

O SR. ETELVINO LUIZ GARCIA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - É isso que eu estou tentando, ver se tem alguma prova que para que a gente possa tomar alguma providência em cima dessa prova, além do contato pessoal que eu estou fazendo.

O SR. ETELVINO LUIZ GARCIA - Por escrito eu não enviei nada.



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - No seu caso também foi feito só dessa forma verbal?

O SR. ETELVINO LUIZ GARCIA - Exatamente. Verbal. A gente chega lá no atendente da SERASA, normalmente, as respostas são muito vagas, Excelência. Eu estive lá pessoalmente com o comprovante.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - E lhe foi dito que... não pediram uma quitação, só disseram que só o banco poderia, na verdade, limpar o seu nome.

O SR. ETELVINO LUIZ GARCIA - É. Aconteceu exatamente o que aconteceu com o Deputado. A empresa que tinha colocado teria que tirar. No caso, se o Banco do Brasil não enviasse uma carta a eles, eles não poderiam retirar. E o Banco do Brasil, eu ligava... Tanto que, na época, eu tive que recorrer a colegas dentro do Banco do Brasil para me ajudar nesse processo para que eles mandassem essa carta para a SERASA. Então, eu não sei onde foi o erro do trâmite, se foi do banco que não enviou, se foi...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Isso. Então, essa seria a segunda pergunta. Porque um problema é a SERASA, outra coisa é a rede que está interligada à SERASA. Acho que o banco tem um código próprio para isso, ele pode ou não, independentemente da SERASA, colocar o seu nome também numa lista pendente que não é da SERASA. O senhor sabe disso, deve ter sido vítima também, porque tinha dívida no banco...

O SR. ETELVINO LUIZ GARCIA - Exato.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - ...que é o cadastro do Banco Central. Eu queria fazer uma pergunta: o senhor chegou a enviar para o banco, o banco limpou o seu nome ou o banco não limpou o seu nome?

O SR. ETELVINO LUIZ GARCIA - Não. O meu nome só foi limpo quando cumpriram-se os 5 anos que eu estava... que eu estava cadastrado na SERASA.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Isso foi quanto tempo depois de o senhor ter pago a sua dívida, ter quitado a sua dívida?

O SR. ETELVINO LUIZ GARCIA - Aproximadamente um ano, um ano e alguma coisinha. Não me lembro exatamente, porque isso foi em 98, 99. Já faz quase 5 anos.



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - A última pergunta, Dr. Etelvino. O senhor disse que num período estava parcelando a sua dívida e honrando com os compromissos do pagamento das parcelas.

O SR. ETELVINO LUIZ GARCIA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Nesse período também não foi...

O SR. ETELVINO LUIZ GARCIA - Não limparam.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Não tiraram da lista negativa?

O SR. ETELVINO LUIZ GARCIA - Não tiraram da lista negativa. Tanto, Excelência, que eu tive que... para resolver... porque eu falei... Talvez seja esse o problema, eu vendi um carro e quitei, quitei todas as parcelas que estavam pendentes para que meu nome saísse. E permaneceu lá durante, ainda, praticamente, um ano, um ano e pouquinho.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Presidente, só mais uma pergunta, se o senhor me permite, ao Sr. Adão? É a última. Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Tratando de V.Exa., sempre muito prestativo, vou atendê-lo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - É um prestígio, é um prestígio. É porque... É o orgulho que a gente tem de estar sendo presidido pelo Giacobbo. Sr. Adão, outra coisa que eu estava falando, é a seguinte: o senhor disse que depois, posteriormente, o senhor passou a ser informado de que se o senhor não quitasse tal dívida o seu nome poderia voltar para a SERASA, isso aí e tal. Isso, como que ocorreu? O senhor tinha... estava... era alguma outra coisa?

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - Não. Aí, foi outra coisa. Foi um atraso no Banco do Brasil. Já estava negociando e...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - E o senhor recebeu do sistema de cobrança do banco ou da SERASA?

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - O banco me chamou e fizemos uma negociação. Antes do prazo da primeira parcela a SERASA já mandou uma carta — a primeira vez que ela mandou, mandou uma carta, já foi praticamente neste ano — mandou uma carta dizendo que se não resolvesse aquela pendência até tal dia seria inscrito...



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Essa carta veio identificada pela SERASA?

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - É. Essa eu tenho. Era para trazer, mas não trouxe.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - O senhor tem condições de nos enviar essa cópia, para o Presidente — uma xerox mesmo é suficiente?

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - Tenho.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Próxima Deputada inscrita, a nossa Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Muito obrigada, Presidente. Queria aqui saudar os nossos 2 convidados. Podem ter certeza, senhores, que é constrangedor a gente estar nesta CPI — e hoje eu já tenho uma opinião formada por conta das coisas que eu estou ouvindo no dia-a-dia da CPI —, é constrangedor ter que ouvir relatos como esses. A gente sabe que o crime organizado, o narcotráfico, o esquadrão da morte — no Rio tem, no Acre também teve por um bom tempo, no Espírito Santo e outros Estados brasileiros —, infelizmente, eles têm a lista dos marcados para morrer. E, às vezes, quando um deles entrega, a lista sai com antecedência. A gente já sabe quem são os marcados para morrer. Na SERASA também tem a lista dos marcados ao constrangimento, que é a lista negra, e que, infelizmente — eu não sei há quanto tempo vocês já foram positivados, eu não sei se faz 1 ano, 6 meses —, mas o fato é que se vocês tiverem sido negativados há 6 meses, ou há 1 ano, os senhores ainda estão na lista dos marcados ao constrangimento, por mais que o nome já tivesse saído da primeira lista, porque eles mantêm uma tal de uma segunda listagem, que são os serviços que eles prestam de cheque score, mais ou menos isso, que eu diria até que é um tipo de um serviço *freezer*, ou um serviço geladeira, porque você se mantém congelado na lista negra. Se você já esteve na lista anteriormente, você se mantém no tal do serviço *freezer* por mais 6 a 12 meses, porque eles mantêm o seu nome lá baseado no seu passado, decidem se você, nos próximos 6 meses ou nos próximos 12 meses, vai ser ou não um cidadão, de certa forma, negativado. Então, é aquilo que eu disse aqui na reunião passada: nenhum cidadão pode ser punido mais de



uma vez se tiver pisado na bola por um crime. Mas a SERASA faz isso. Por isso que eu tenho dito que ela está acima do Judiciário brasileiro. Aliás, era muito bom o Judiciário brasileiro aprender essa rapidez da SERASA, porque a SERASA condena, pune, dá a sentença, tudo de uma vez só. E o Judiciário brasileiro, a gente sabe, passa 20, 30 trinta, às vezes, para dar uma sentença. Eu só queria fazer uma única pergunta, apesar de que as outras que eu tinha alguns Parlamentares colegas já fizeram. Embora, Sr. Presidente, eu acho que se a gente fosse usar da mesma justiça que a SERASA tem usado com os cidadãos brasileiros, a gente, inclusive, precisaria dar ordem de prisão para os diretores da SERASA quando eles chegassem aqui mesmo antes de serem ouvidos, antes de se justificarem, porque é exatamente isso que eles fazem com os cidadãos hoje quando eles estão negativando. Eles põem o nome na tal da lista, na lista dos marcados ao constrangimento sem ouvir do cidadão se ele tem razão ou não. Então, se fosse para usar da mesma moeda, nós teríamos que dar ordem de prisão assim que eles entrassem aqui nesta Casa até mesmo sem ser ouvidos. Mas nós não vamos fazer isso, com certeza absoluta. Só se eles merecerem. A pergunta que eu tenho é a seguinte, para os dois: qual foi mesmo a receptividade e o tratamento — e aí a pergunta é para os dois — quando vocês fizeram o primeiro contato com a SERASA, principalmente o Sr. Adão, quando tinha a certeza de que não estava... não tinha motivos para estar negativado, mas eu quero ouvir dos dois qual foi mesmo a reação, qual foi o tratamento que vocês receberam dessa empresa quando vocês fizeram o primeiro contato?

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - São funcionários, são empregados que atendem a gente, friamente. Para eles todo mundo é todo mundo. A ordem que têm é essa: "*Não, aqui só se quem inscreveu, mandar tirar*". Pronto. Agora, é lógico que o escritório tem... os funcionários são moderadamente educados, mas eles não têm poder nenhum de decisão. A ordem é essa e pronto. Eles não podem fazer nada. A chefia fica longe. Ninguém sabe se em Brasília, Rio de Janeiro, onde é; a chefia é ausente e presente, é onipresente e poderosa. Eu fiquei emocionado também com que ele disse: ele é um supercartório e um superjudiciário. É muito mais do que um judiciário, como a Deputada está dizendo, realmente. Tem poder demais e veloz. Mata, esfolo, praticamente, na hora o crédito da pessoa.



O SR. ETELVINO LUIZ GARCIA - O atendimento que eu tive por telefone foi esse que o colega está falando. Olha, só o banco, tal... Não teve, assim, grosseria por telefone. Pessoalmente, eu não sei se é pelo constrangimento que a gente já vai lá com aquela sensação de: "*Puxa vida, vou tentar tirar meu nome da SERASA*", mas a reação é que... a sensação que você tem é que as pessoas falam: olha, te vira. Mais ou menos isso. Não é que ela falou: te vira. Mas se o banco não mandar, nós não podemos fazer nada, muitas vezes, assim, de uma forma fria. Te deixa até meio que falando sozinho. O constrangimento que a gente normalmente tem quando vai a outro local para fazer qualquer coisa e descobrem que seu nome está lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Próximo inscrito, Deputado Zico Bronzeado.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros que vieram prestar esclarecimento, Sr. Presidente, cada dia que passa, cada depoimento, cada *e-mail* que nós recebemos em nossos gabinetes, cada questionamento que nós fazemos a respeito da SERASA, nós temos... a gente recebe informações que vêm comprovar a injustiça que há em nosso País... as injustiças que há em nosso País e a fragilidade do sistema de proteção ao cidadão. Eu, na verdade, observando, Sr. Presidente, o depoimento... eu não pude acompanhar o depoimento do Dr. Adão, juiz federal, advogado e professor universitário. Eu me lembrei do tempo em que não era Deputado nem Vereador. Fui Vereador por 8 anos, Dr. Adão, e mesmo sendo Vereador, às vezes, eu fui humilhado, discriminado, não tive crédito. E eu achava que só os juízes, só os doutores, só os médicos teriam privilégio. E aí a gente, quando chega nesse patamar de informações, a gente percebe as a fragilidade da nossa Constituição, que agora, nas reformas, a gente vê a Situação e a Oposição questionando o direito adquirido, a inconstitucionalidade de uma proposta do Governo ou de um projeto de um companheiro qualquer apresentado aqui nesta Casa. Mas, voltando um pouco aqui, eu queria dizer que os senhores representam, na verdade... Quantos Etelevinos neste País, quantos Adões passaram por constrangimento na porta de um hotel, na porta de um *shopping*? E eu me coloco no lugar de vocês quando eu passei por constrangimento. E aqui eu queria dizer, Deputado Léo, que, realmente, na nossa situação de político é muito mais constrangedor porque... Eu fui fazer uma compra,



Dr. Adão, fui fazer uma compra em um... inclusive, comprar uma bicicleta para doar para a comunidade, num jogo de futebol. Era arrecadar alimento para o Fome Zero, mais ou menos isso. Não tinha *Fome Zero*, mas era para os descamisados, os desabrigados lá de um bairro na minha cidade. Tem Fome Zero em todo o canto. Aí, eu fui comprar a bicicleta em uma loja que eu tinha crédito a vida inteira. E o vendedor que me atendeu não gostava de mim, inclusive, participava da mesma igreja. E por eu não ter ajudado numa demanda lá do grupo, ele foi consultar lá e disse: “*É, você está devendo*”. Eu fiz uma compra, em Belo Horizonte, 92 reais, e deu um problema lá. Eu disse: “*Você está devendo na firma tal, lá, em Minas Gerais*”. Assim, na frente de todos os vendedores. Aquilo que você falou, doutor: aquela coisa de você ter que ainda suportar a humilhação ou a falta de respeito, a falta daquele compromisso que a SERASA fez quando assinou o contrato com o Ministério da Fazenda de resguardar, de proteger o cidadão das informações. E aí eu fiquei numa situação complicada. Eu disse: “*Mas eu compro aqui, eu terminei de fazer uma compra nesta loja na semana passada. Está aqui o carnê, já paguei tantas parcelas.*” Aí o gerente: “*Não...*” Eu era candidato, viu Deputado, candidato a Deputado Federal. Inclusive, aquela compra que eu estava fazendo é para poder agradar a comunidade. *(Riso.)* Aí o gerente disse: “*Não, o nosso amigo Zico — eu não era Deputado — é cliente e é um bom pagador. Está cumprindo com as obrigações.*” E aí a gente chega aqui a fazer uma avaliação de que nós precisamos urgentemente não influenciar, nobre Relator, no relatório para que... executar, condenar a SERASA, mas nós precisamos corrigir esse sistema, essa instituição que vem pegando essas pessoas que eu falei aqui e julgando e constrangendo e fazendo tudo aquilo que a maioria dos brasileiros não conhece essa instituição, só conhecem aqueles que são pegos, muitas vezes, pelas costas, como muitos aí. Queria dizer para vocês que se há essa instituição tão poderosa que condena de uma forma relâmpago, há o sistema público, o INSS, não é Dr. Adão, os trabalhadores rurais que às vezes se mudam da zona rural para a cidade porque não agüentam mais trabalhar, aí esquecem de pegar uma documentação, aí chegam no sistema lá e diz: “*Olha, você não pode, porque você não está mais na colônia, você não pode mais*”. Aí vem, recorre aos políticos, a gente corre atrás e passamos anos e anos tentando aposentar um trabalhador rural e não conseguimos,



porque o sistema público é mais protegido, é mais burocrático. E aí vêm as sentenças, que demoram trinta e tantos anos, 40 anos. Então, como é que o Governo, na época, permitiu que uma instituição ligada aos bancos, que também condena os cidadãos a pagar juros altíssimos, a ter uma instituição dessa que tem o poderio de condenar, executar e etc. e etc. tão rápido, tão rápido. E para você ter uma idéia, o poder maior desse País, que é a Presidência da República, ainda não conseguiu, por causa do sistema, que é lento, executar a proposta de Governo, que nós acreditamos que é séria; não conseguiu em 6 meses, não conseguiu ainda gerar os empregos que nós Governo, porque sou do Partido dos Trabalhadores, pretendemos construir. Não conseguimos porque o sistema é lento, a gente tem que corrigir os erros do passado, é difícil. Mas a SERASA consegue, em menos de um mês, condenar e executar o cidadão. Então, é a isso que estamos aqui assistindo, ao poderio de uma instituição que consegue, com muita rapidez, colocar os senhores e muitos e muitos cidadãos deste País nesses constrangimentos. Então, eu fico aqui mais consciente, não vou fazer pergunta, do nosso dever como Deputados Federais, como representantes dos excluídos, e dos incluídos também, de corrigir essa falha absurda que está acontecendo. Então, eu agradeço aqui a oportunidade e vamos, se Deus quiser, contribuir para o País para que não haja essas desigualdades de instituições que deveriam colaborar com o sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Próximo inscrito, Deputado Almir Moura. Deley, eu fiz uma inversão aqui porque o Deputado me pediu aqui, me solicitou, por causa de uma reunião que ele tem. Agora, se o senhor tiver alguma coisa contra, não tem problema, está autorizado. Gostaria que o senhor fosse breve, Deputado Almir.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Vou ser bem breve, muito obrigado. Eu que torci tanto para ele da geral do Maracanã, agora ele tem que torcer por mim na CPI da SERASA. Muito obrigado, Deputado. Queria fazer uma breve exposição. Primeiro, parabenizar e agradecer pela vinda dos expoentes aqui hoje. Não tive a oportunidade de ouvir a exposição dos senhores porque a gente aqui na Casa tem uma correria tremenda, participa de várias Comissões, é Reforma da Previdência, é Comissão Especial, Comissão Mista, vai ao Ministério, marca... É uma correria tremenda. Mas o que saltou aos olhos, e eu gostaria de colocar aqui, Sr. Presidente,



é uma reportagem que teve hoje do Jornal *O Dia*: "*Nome sujo por dívida de outro*. Uma senhora lá de Nova Iguaçu, salvo engano, no Rio de Janeiro, chamada Rita de Cássia Carvalho, tem 44 anos, foi ao Ponto Frio para comprar um eletrodoméstico, baratinho, já que ela não podia pagar uma prestação alta. Chegando ao Ponto Frio, no ano de 2002, o que acontece com essa senhora? Ela verifica que tem o nome negativado na SERASA, no SPC, por dívidas no BRADESCO e na Losango, como se tivesse aberto conta no BRADESCO, tivesse passado cheque sem fundo no BRADESCO e também tivesse pego empréstimo na Losango sem ter pago. Essa senhora nunca pegou empréstimo na Losango e nunca teve conta no BRADESCO, mas, no entanto, o que é pior é que ela estava negativada com o CPF e esse CPF estava no nome de Alexandre, mas, mesmo assim, a SERASA se negou a tirar o nome dela de lá. O nome dela é Rita, o nome da pessoa é Alexandre Carvalho Pereira, o CPF dela estava com esse nome, se negaram a retirar nas audiências que tiveram na Justiça e ela continua negativada sem poder comprar. Um ano depois da luta que ela teve, agora o BRADESCO e a Losango foram condenados a pagar a ela um total de 12 mil reais a título de indenização, que pode ser recorrido ainda, e obviamente devem recorrer, para protelar mais um tempo, para poder passar mais um tempo — eu não sei qual seria o juro aí, me parece que é 1% ao mês, me parece, não sou economista. E aí, quanto mais tempo passar sem pagar a ela o que o juiz determinou, melhor para o banco, porque 12 mil aplicado no mercado financeiro, se emprestar para o Governo é bom negócio, porque é 26% ao mês; vai ser um bom negócio para o banco, porque o principal cliente dos bancos é o próprio Governo; e ali é 26. Então, paga-se 1 e recebe 26, ele está ganhando 25. Na minha avaliação, está ganhando 25. Então, quanto mais tempo protelar na Justiça, melhor para a instituição. Outra coisa que me chamou a atenção é que diz que tecnologia atual evita duplicidade. Mais uma vez a Receita Federal errando. Mais uma vez a Receita, que tem um programa que diz aqui, só lendo um pedacinho do início da reportagem que diz assim: "*O cadastro de pessoa física, CPF, tem um sistema complexo, detalhado e regional para a geração do número do documento*". Teoricamente não deveria haver duplicidade. Para casos como o de Rita de Cássia, a Receita Federal admite possibilidade de erro humano. Ela admite possibilidade de erro humano. Mas o interessante também é que só a ESAG, no Rio de Janeiro, tem



centenas ou milhares de casos semelhantes, que eu vou averiguar para ver a possibilidade de trazer também uma pessoa da ESAG a essa CPI para poder contar os casos que chegam até eles de nomes negativados também. Aí eu faço o requerimento. Mas a via-crúcis dessa senhora vai continuar, porque se o Banco BRADESCO e a Losango recorrerem, ela continuará com o nome negativado, mesmo o juiz determinando que retirem o nome dela não retiraram, para se ter uma idéia. Então, vejam como é que nós estamos. Vejam como é importante o trabalho desta CPI. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado, muito obrigado aqui, vou continuar torcendo por você, agora no campo aqui do Lula.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Com a palavra o Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores convidados, Deputados e Deputadas, só para responder ao meu amigo, se ele for lá torcer, vai querer colocar o Zico Bronzeado na SERASA, porque o que ele está de dívida na “pelada” é brincadeira. Entendo, Sr. Presidente, que já foram ditas muitas coisas aqui dentro desta Comissão e a cada dia que passa — e nós Deputados temos que ter sempre em mente o nosso principal objetivo aqui dentro desta Casa, que é o de fortalecer o exercício da cidadania do povo brasileiro, e nós temos visto que a relação dessa empresa com o povo brasileiro, os seus mecanismos, talvez tenha que passar por uma reavaliação. E por isso nós estamos aqui. Dá para a gente sentir o quanto é fácil você ter seu nome negativado e o quanto é difícil você conseguir sair. E o que mais assusta é que pessoas, como disse o Dr. Etelvino, pessoas razoavelmente bem colocadas dentro da sociedade encontram essa dificuldade. E aí a gente fica se perguntando aquelas pessoas realmente mais humildes o que elas não passam para conseguir realmente poder ter seu nome zerado e que possam realmente ter uma vida mais tranqüila, normal. Então, nós estamos vendo realmente uma relação leonina. E eu queria, desde já, pedir o apoio de nossos companheiros, do Presidente e do Relator, estou entrando com um requerimento para esta Comissão, até porque, pelo que nós ouvimos na última nossa reunião, acho que há várias coisas aqui que têm nos assustado, mas uma realmente me chamou muito a atenção. Eu gostaria de ter o apoio desta Comissão para que nós buscássemos informações com a Receita Federal relativa àquela



informação que nos foi dada na última reunião sobre a questão da isenção de Imposto de Renda da SERASA. Então, eu acho que isso seria de suma importância. E que essa informação viesse antes mesmo que as pessoas responsáveis, evidentemente que elas vão estar aqui, da SERASA pudessem estar nos dizendo. Então, fica aqui o meu pedido, já, de apoio a esse requerimento para que esta Comissão, via Presidente, via o nosso Relator, para que a Receita pudesse nos informar se realmente existe essa isenção e por que ela existe, para que a gente pudesse ter mais subsídios para quando nós convidássemos as pessoas da SERASA para que elas pudessem também nos explicar. Então, Sr. Presidente, fica aqui este pedido, o agradecimento, mais uma vez, a essas pessoas que se propuseram a trazer o seu relato e dizendo a todos para que realmente nós não nos esqueçamos das nossas obrigações dentro desta Casa. E eu tenho certeza que esta Comissão vai fazer valer isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - O último inscrito, Deputado Serafim Venzon, não se encontra presente. Não havendo mais inscritos para o debate, concedo a palavra ao nosso Relator, Deputado Gilberto Kassab. Esta Presidência esclarece aos membros que na terça-feira que vem teremos mais uma reunião, onde temos um convidado aqui que vai ser fazer presente, de acordo com o requerimento votado e aprovado da Deputada Perpétua e já entraremos no segundo bloco dos trabalhos desta CPI, de acordo com aquele nosso cronograma de trabalho, onde traremos aqui pessoas da Receita Federal, do Governo Federal, do Ministério Público, PROCONs. Já está sendo também analisado pelo Deputado Léo Alcântara depoimento para a quebra de sigilo bancário da instituição SERASA, porque esse convênio que V.Exa. firmou já nos foi dado esclarecimento da Receita Federal e posterior não ficou ainda bem esclarecido, onde podemos também, o senhor pode fazer esse novo requerimento para que ela realmente defina se houve ou não essa isenção, mas esse segundo bloco é realmente para dirimir todas essas dúvidas. E, por fim, o terceiro e último bloco, que será dada a oportunidade de a SERASA vir até a esta Casa se explicar. Deputado Gilberto Kassab.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Antes eu queria passar a palavra ao Sr. Adão, que quer fazer um esclarecimento.



O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, em relação ao que disse a Deputada Perpétua, eu até me preocupei para ver as datas, se eu ainda estou nos seis meses da geladeira ou do *freezer*. Aí é o seguinte: foram três linhas telefônicas, 446 reais e 61 centavos, 587 e 41 centavos e 668 e 54, o que daria mil e seiscentos e tantos reais. Mas eu não paguei isso aí porque eu não devia, eu não teria de jeito nenhum de fazer isso para fazer com que o malandro crescesse. O que eu fiz foi entrar na justiça para eliminar isso, provando que eu não tinha débito naquela região, porque eu não tinha morado, não tinha trabalhado ali e aí a Justiça deu liminar, mandou excluir o nome. Aí a SERASA, com a liminar do juiz, atendeu, não fez como esse caso aí do Rio de Janeiro, que não atendeu. Agora, eu queria, só para colaborar de novo com a Comissão, lembrando o que o Dr. Etelvino falou, o problema de umas empresas que aparecem nos jornais e dizem que: tiram o nome do SERASA e assim por diante. Elas montam, elas têm uma empresa, e aí elas dão a declaração de que foi paga a dívida, aí encaminham ao banco e é encaminhado a SERASA e é tirado, quer dizer, esse sistema, eu tive um parente e um amigo também em Salvador, os dois fizeram e pagam uma taxa a esse tipo de despachante, por isso que eles colocam nos jornais que deve dar muito dinheiro, porque é muita gente que precisa disso. Então, vai para o banco, no caso de cheques, aquelas declarações com o número dos cheques e o banco, geralmente, a maioria tem aceitado. Agora, houve um outro caso que não aceitaram, porque aquela declaração daquela empresa não era uma empresa idônea e não iria valer. Mas muitas são aceitas em Salvador, por exemplo, e acho que em São Paulo também, que tem o mesmo sistema, aparece isso. Então, eles não tiram com outra pessoa dizendo que já está pago, quando não querem. A SERASA também ainda tem mais esse problema. Muito obrigado. Desculpem o adendo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - O senhor terá daqui a um minutinho as suas considerações finais. Deputado Gilberto Kassab.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Sr. Presidente, senhores membros da Comissão, Deputados e Deputadas, em primeiro lugar agradecer ao Sr. Etelvino e ao Sr. Adão pelos depoimentos aqui prestados, depoimentos importantes, que contribuirão, sem dúvida nenhuma, para que todos os Deputados que integram esta Comissão possam formar a sua opinião e colaborar com as sugestões que



todos estão encaminhando, e continuarão encaminhando, a este Relator para a composição do relatório final; relatório final que, sem dúvida nenhuma, irá ser feito junto com todos para que possa refletir o pensamento desta Comissão e, mais do que isso, o pensamento desta Casa. Eu, Sr. Presidente, considero-me atendido pelos depoimentos, pelas perguntas, pelos esclarecimentos. Cumprimento os autores do requerimento pela idéia de ouvi-los e passo novamente a palavra ao Presidente para que possa dar andamento aos trabalhos finais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Só para fazer um breve relato também. A Deputada Perpétua. pode ficar tranqüila que esta Presidência e os membros desta Casa não hesitarão, em nenhum minuto, se preciso for, não só aos membros da SERASA ou a quem vier aqui como testemunha que fizer uso da palavra, não sendo verdadeiro, em pedir que esta pessoa seja conduzida ao cárcere privado. Não tenha dúvida nenhuma. Ao cárcere público, não é, a cadeia. Não havendo mais inscritos para o debate, concedo a palavra agora ao Dr. Etelvino Luiz Garcia e depois ao Dr. Adão Duarte.

O SR. ETELVINO LUIZ GARCIA - Na semana passada, lá em Sinop, procurou-me um rapaz de 20 anos de idade pedindo ajuda. Era um rapaz viciado em drogas, um rapaz que já tinha passado pela prisão algumas vezes por causa do vício, e ele passou em meu consultório e falou: "*Doutor, eu preciso de uma ajuda do senhor. Eu preciso ser encaminhado para uma clínica de recuperação. E eu preciso pagar 100 reais por mês e tem de ter um encaminhamento de um pastor evangélico, porque o local é evangélico*". E eu sou pastor evangélico, além de médico. E, naquele momento, ouvindo o relato daquele jovem de 20 anos de idade, tudo o que ele passou na vida dele, perdeu o pai muito cedo, foi preso de uma forma indevida, sem dever nada, foi abusado sexualmente na cadeia. Isso tudo o levou a ter um rumo de vida completamente diferente do que ele tinha planejado. E eu pude ajudá-lo. E eu fiquei pensando assim: "*Que bom que esse rapaz encontrou alguém que pudesse ajudá-lo*". Eu estou falando isso porque hoje aqui nesta Comissão eu pude ver, através dos depoimentos de V.Exas., que realmente nós vamos ter quem possa nos ajudar. Eu digo nós porque não sou apenas eu, não apenas o colega Adão, mas milhões de brasileiros, não são milhares, são milhões de brasileiros que têm sofrido esse tipo de abuso, esse tipo de constrangimento, esse tipo de acusação. Então, eu



quero, mais uma vez, agradecer a todos vocês e falar-lhes que estou voltando para minha casa mais aliviado sabendo que há pessoas que estão ouvindo a nossa causa, mas não só ouvindo, que estão trabalhando em favor da nossa causa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Dr. Adão.

O SR. ADÃO DE ASSUNÇÃO DUARTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros da Comissão, pessoal presente, eu agradeço por poder estar aqui colaborando para uma causa mais do que justa, a causa que coloque a SERASA no devido lugar e pare essa exploração e essa verdadeira perseguição aos cidadãos brasileiros. Que os senhores prossigam e tenham uma fase final muito boa, positiva para o nosso País e para o cidadão brasileiro. Eu pediria apenas que eu fosse contemplado com a cópia do relatório final e com o convite para assistir no dia em que o pessoal da SERASA aqui estiver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Esta Presidência, com certeza absoluta, não só ao senhor, a todos os que contribuíram aos trabalhos desta CPI como convidados e convocados, estenderá a cópia do relatório e um convite para fazer parte dos "finalmentes". Agradeço a presença de todos e, nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando reunião para o dia 15 de julho, terça-feira, às 14h30min. Deputado Betão, o senhor queria fazer...

O SR. DEPUTADO REINALDO BETÃO - Só uma... Aquele nosso juiz que estava na causa do Sandro, ele foi solicitado também. Ele não viria ou já encerrou a parte de depoente, das pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Terça-feira, Deputado, teremos um convidado, fruto do requerimento da Deputada Perpétua. E daí, já no dia 22, que é na próxima terça, vai começar essa fase, como falei para o Deputado Deley e a todos, de convidados e convocados do poder público e assim por diante, onde já está sendo elaborada a pauta e onde, no dia 22, traremos como convidado, fruto do nosso requerimento aqui aprovado, o Dr. André de Carvalho Ramos. Ele é Procurador Federal do Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO REINALDO BETÃO - Teria como esta Comissão solicitar à SERASA, na época em que ela for depoente, trazer a relação dos inadimplentes lá da lista dela que seja de 1 real até 1 salário mínimo? Tem como solicitar isso?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Sugiro ao nobre Deputado que faça um requerimento e coloque à aprovação.

O SR. DEPUTADO REINALDO BETÃO - Só para nós termos idéia, nesse patamar, que já estamos com as idéias de que não seja inserido no SPC e SERASA pessoas com menos que um salário mínimo.

O SR. DEPUTADO DELEY - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - Apenas para fazer um pedido, não sei se já foi feito: que essa pauta já definida com os devidos convidados pudesse ser passada, o mais rápido possível, lá para os nossos gabinetes. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Muito bem, Deputado. Isso vai ser atendido. Lembro, então, que haverá reunião na terça-feira, dia 15 de julho, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.